

Proposta para a 5ª fase do Programa Mundial para a Educação em Direitos Humanos da ONU, elaborada a partir de Consulta Pública organizada pelo IDDH e MNDH

Organizações proponentes:

Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos (IDDH), entidade da sociedade civil brasileira que há 19 anos busca fortalecer a democracia no Brasil e América Latina através da atuação internacional em direitos humanos, em especial com dois programas com foco nas Nações Unidas: a) Sociedade civil na ONU; e, b) Juventudes na ONU. O IDDH possui status consultivo junto ao ECOSOC/ONU (desde 2016) e é membro do Grupo de Trabalho de ONGs sobre Educação em Direitos Humanos (*NGO Working Group on Human Rights Education and Learning da ONU - NGO WG on HREL*).

Contato: Fernanda Lapa - flapa@iddh.org.br

Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH), rede que reúne centenas de organizações que atuam em todo o território brasileiro há mais de 40 anos, tem por objetivo principal organizar as comunidades e articular organizações para promover e defender os direitos humanos e a democracia, incidindo na formulação e no controle da implementação de políticas públicas de direitos humanos. Participou ativamente das Conferências Nacionais e nos processos de elaboração do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Tem intensa participação nos diversos mecanismos do sistema internacional de proteção aos direitos humanos.

Contato: Paulo Carbonari - carbonari@ifibe.edu.br

Parceria: Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos (ReBEDH)

Apoio institucional: UNESCO no Brasil

O IDDH e o MNDH agradecem ao Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos - ACNUDH pela oportunidade de contribuir com o futuro relatório que buscará abranger as perspectivas de diferentes partes interessadas sobre grupos e setores, áreas temáticas de direitos humanos para a 5ª Fase do Programa Mundial para a Educação em Direitos Humanos da ONU, que será apresentado na 54ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos em setembro de 2023.

Apresentação da Consulta Pública

O Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos (IDDH) e o Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH), em parceria com a Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos (ReBEDH) e apoio institucional da UNESCO no Brasil, formularam uma Consulta Pública, entre os dias 20 de abril e 15 de maio, para ouvir organizações educadoras/es e

profissionais que trabalham com educação em direitos humanos sobre possíveis temas e grupos prioritários para a 5ª fase do PMEDH (2025-2029).

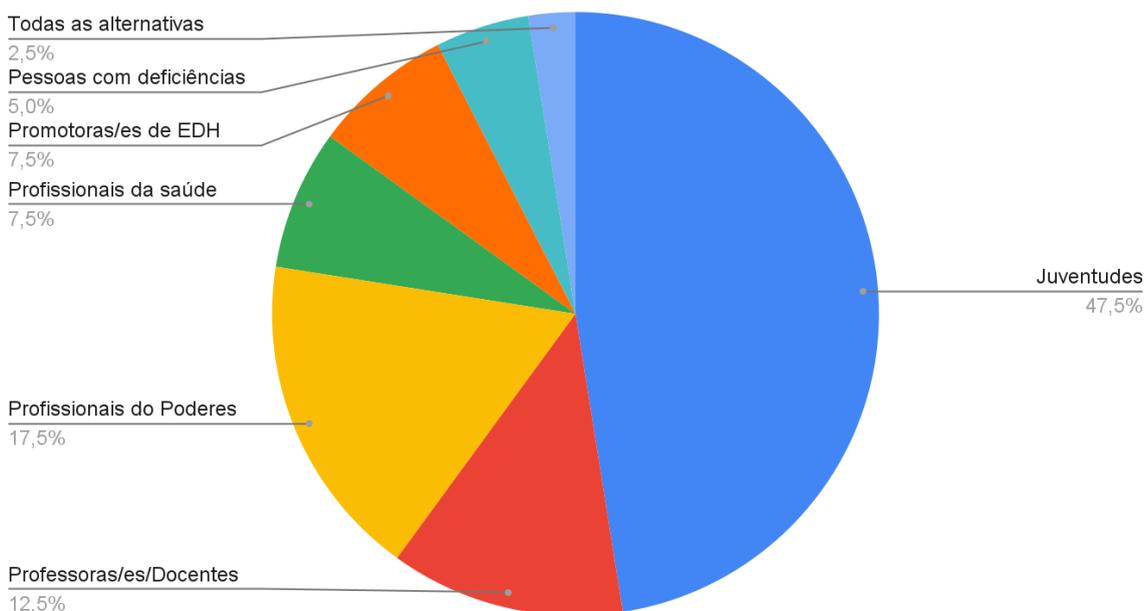
A Consulta foi realizada a nível nacional, buscando abranger todos os estados brasileiros, com divulgação nas redes sociais e através da ReBEDH, solicitando a participação de educadoras/es formais e não formais de EDH. O objetivo deste documento é sintetizar as sugestões elaboradas pelas/os participantes, para enviá-las ao Alto Comissariado da ONU para os DH como contribuição da sociedade civil brasileira à consulta sobre os possíveis focos da 5ª fase do PMEDH.

Resultados:

A Consulta Pública recebeu contribuições de 40 educadoras/es de escolas do ensino básico ao universitário e integrantes da sociedade civil provenientes de 4, das 5 regiões do Brasil (Nordeste, Sudeste, Centro-Oeste e Sul).

O questionário indagou quais seriam os possíveis grupos e segmentos para a 5ª fase do PMEDH. Em resposta, obtivemos a indicação dos seguintes grupos, em ordem de maior indicação: Juventudes (19), Profissionais do Judiciário/Executivo/Legislativo (7), Professoras/es/Docentes (5), Profissionais da Saúde (3), Promotoras/es de EDH nos movimentos sociais (3), Pessoas com Deficiência (2) e todas as anteriores (1), representado no gráfico abaixo:

Grupo/Temática para a 5ª fase



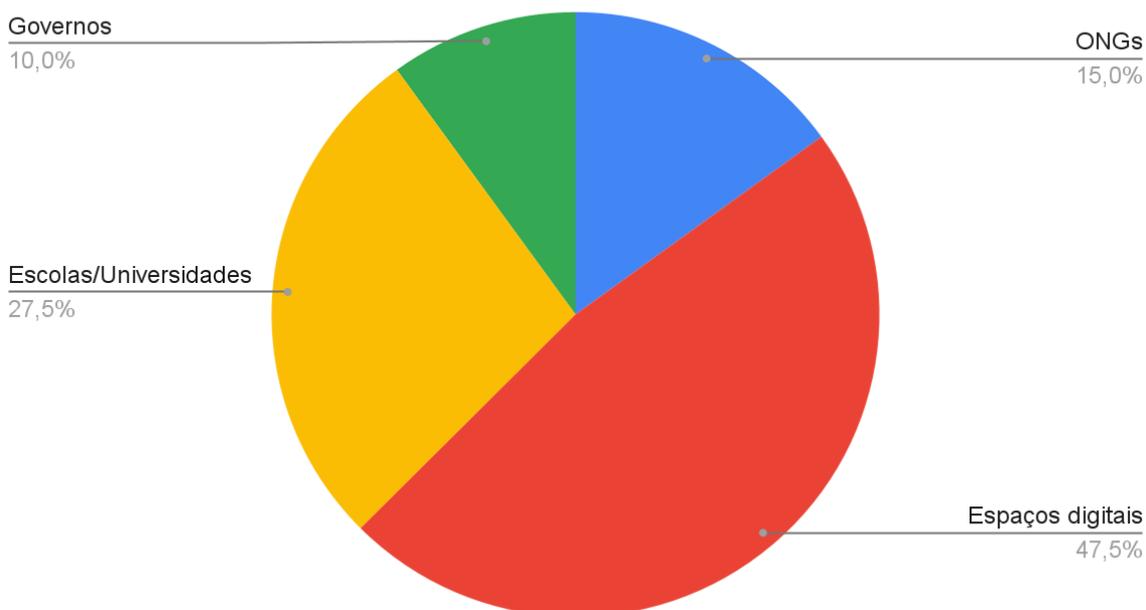
Adicionalmente, na Consulta, solicitou-se que fossem destacados os principais desafios para EDH no Brasil, obtendo como resultado:

- Desconstruir os preconceitos voltados para grupos LGBTQIA+, migrantes, população negra, povos indígenas e mulheres;
- Dar mais visibilidade e maior atenção à difusão e formação permanente e continuada em relação ao uso das mídias digitais, bem como a falta de regulamentação das plataformas digitais, que disseminam falsas concepções dos Direitos Humanos;
- Amplo alcance das redes sociais divulgando notícias falsas comprometendo a democracia e a coexistência pacífica com as diversidades sociais;
- Invisibilidade dos grupos sociais menos favorecidos para terem maior conhecimento sobre seus direitos e terem seus direitos respeitados;
- Insuficiência e ausência de políticas públicas voltadas à redução das desigualdades sociais, o que torna a disseminação maior da Educação em DH algo utópico para algumas camadas sociais;
- Limpar ideologias radicais e alienantes de quem combate e de quem defende os direitos humanos;
- Conhecer em especial a história dos países colonizados e o quanto esse fato reflete ainda nos dias atuais;
- Lidar, a partir da centralidade dos DH, com a violência nas escolas e universidades estimulada pela extrema direita e o uso do discurso do ódio e de armas;
- O currículo do Novo Ensino Médio, especialmente para escolas públicas, com a ausência na base sobre Educação em Direitos Humanos;
- A resistência de representantes dos Poderes Legislativo e Executivo ao avanço das pautas em prol de Direitos Humanos; e
- Crise climática afetando grupos vulnerabilizados (relação com racismo e migrantes ambientais).

Com isso, dentre as principais respostas obtidas na Consulta, destacamos alguns dos grupos e temas identificados, os quais os Estados deveriam dar maior atenção em suas políticas de Educação em Direitos Humanos: Analfabetismo; Cultura em Direitos Humanos; Democracia na Educação; Desigualdade Social; Discriminação; Discurso de Ódio; Juventudes; LGBTQIA+; Migração e Refúgio; Mulheres; Participação da Sociedade Civil; Pessoas com Deficiências; Pessoas em situação de rua; Pessoas Negras; Povos Indígenas; Qualidade de Informação; Racismo; Regulamentação das Plataformas Digitais; Valorização dos Profissionais da Educação; Violência Policial; e Visibilidade Midiática.

A Consulta também questionou sobre quais os possíveis espaços para a 5ª fase do PMEDH, obtendo em resposta: Ambientes/Espaços digitais (19), Escolas/Universidades (11), ONGs ou Organizações da Sociedade Civil (6) e Organizações governamentais (4), representado abaixo:

Possíveis espaços para a 5ª fase



Conclusão e proposta:

Com base na Consulta Pública realizada e na expertise das organizações que desenvolveram e participaram, sugerimos aos Estados a continuidade do foco em Juventudes para a 5ª fase do PMEDH, e uma maior atenção aos atuais desafios existentes em diversos Estados, como a utilização dos espaços digitais para o crescimento da desinformação e do discurso de ódio que tem aumentado o grau de violência, especialmente para grupos menos favorecidos.